

# O LINGUICÍDIO NA GALIZA: INSTRUMENTOS OU FERRAMENTAS EMPREGUES

Os instrumentos ou ferramentas do linguicídio:

1. As Normas Ortográficas e Morfológicas do Idioma Galego (NOMIGA), Decreto 173/1982 de 17 de novembro de Felgueira Valverde sobre a normatização da língua galega publicado no DOG n.º 36 de 20-IV-1983 – hoje desaparecido da web do DOG: Contido não disponível.
2. A Lei de normalización lingüística ou Lei 3/1983, do 15 de junho – publicada no DOG n.º 84, de 14 de julho de 1983 cujo contido não está disponível na web do DOG.
3. NOMIGA modificadas pela RAG em 2003 sem Decreto da Junta.
4. Acordo de Plano Geral de Normalização Linguística (2005-2009).
5. Lei de Plurilinguismo promulgada por Feijó em 2010.
6. Lei de Aproveitamento da Língua Portuguesa e Vínculos com a Lusofonia promulgada por Feijó em 2014.
7. Observatório da Lusofonia Paz Andrade, Decreto de Rueda e Diogo Calvo em 2023.
8. Rueda cria a Conselharia de Cultura, Língua e Juventude em 2024.
9. Real Academia Galega.
10. Instituto da Língua Galega.
11. Conselho da Cultura Galega.
12. Fundação Pedro Barrié de la Maça Conde de Fenosa .
13. Outras Fundações criadas pela Junta da Galiza.
14. Outros organismos criados pela Junta.
15. Sistema de ensino como linguicída.

O linguicídio acompanha o genocídio perpetrado por Franco graças às armas de Hitler e Mussolini desde julho de 1936 até à morte de Franco em 1975. Posteriormente os franquistas-falangistas, protagonistas dos acontecimentos políticos que querem perpetuar a continuidade da tirania franquista disfarçada de democracia ocultam, tentam ocultar o seu passado e a sua participação no genocídio: António Rosão Peres, falangista genocida a presidir a Junta pre-autonómica e depois a presidir o Parlamento galego até a sua morte física; Geraldo Fernandes Alvor, combatente voluntário no bando do genocídio franquista, piloto de combate de Hitler, primeiro presidente da Junta da Galiza e José Fernando Felgueira Valverde, apoiador e propagandista do golpe e o genocídio nazi-franquista desde 1935; acabada a guerra contra a República participou como autoridade do regime franquista para ser o primeiro Conselheiro de Cultura às ordens do presidente Alvor.

Os três legalizam o linguicídio com apoio da RAG-ILG desde os anos de 1982 e 1983 até hoje promulgando as NOMIGA e a LNL com a repressão e violência pertinentes que «usufruímos» durante estes últimos 40 anos.

Como o fizeram? RAG-ILG estabeleceram por lei que «português peninsular e brasileiro... [são] soluções CONTRÁRIAS à estrutura linguística do galego... que não deve sacrificar as suas características em benefício das de UMA LÍNGUA IRMÃ MAS DIFERENTE... Excluir também a evasão cara à língua medieval: formas definitivamente mortas e arcaicas não devem suplantar outras vivas e galegas».

Excluir toda a documentação escrita durante séculos com uma esplendorosa literatura, a «língua medieval» com a sua ORTOGRAFIA e morfologia em identidade com a denominada língua portuguesa que é «fraternalmente» DIFERENTE do idioma galego.

Eis as duas ideias que ficam reduzidas a uma: Galego e português não são e nunca o foram a mesma língua. Daí a importância de legislar, sancionar por lei, «que o mundo não é redondo mas plano» e de formar uma «plêiade de cientistas» que realizem sisudos estudos desde Felgueira Valverde até Freixães passando por Ramão Lourenço para elaborarem a teoria que explique a Terra Chã, terra

problemática pelo acento, a nasalidade da chã que como meã não estão escritas «nalgũa das linguas oficiais de Galicia».

Do ponto de vista dos objetivos do linguicídio dos do genocídio franquista é como partir-lhe a espinha ao idioma galego. O idioma galego com a espinha partida fica em grave inferioridade com o idioma espanhol. Os do linguicídio determinam por lei que o conhecimento do idioma espanhol é um dever das pessoas galegas. Para o galego não determinam este dever. Eis que a população galega tem o dever de conhecer uma língua estrangeira, o espanhol, mas não está obrigada a conhecer a língua própria. A sentença 84/1986, de 26 de junho de Francisco Tomás y Valiente a nome de El-Rei João Carlos I a instância do presidente do Governo Felipe Gonzalez, PROÍBE à população galega ter o dever de conhecer a sua própria língua. E levamos quase 40 anos. Os mesmos desde o Decreto 27/84 de 13 de junho de Reconversão Naval para acabar com ASTANO, partir-lhe a espinha ao proletariado galego.

Da LNL pode ser afirmado que a sua introdução é uma grossa patranha que quer ocultar o genocídio secular perpetrado contra o povo galego da parte da dita monarquia castelhana, da castelhano-aragonesa e da espanhola, a permanente guerra de conquista, de extermínio do povo galego, das instituições políticas da Galiza independente, da sua língua, da sua cultura, da sua economia e sobretudo ocultar a história comum da Galiza e Portugal, guerras permanentes de conquista da Galiza pela força das armas mercenárias e estrangeiras encabeçadas pela entente do Vaticano e a monarquia castelhana, castelhano-aragonesa ou espanhola impedindo até hoje a UNIDADE NACIONAL DA GALIZA E PORTUGAL. A respeito dos VI títulos, 25 artigos e Disposição Adicional da Lei de Normalização Linguística pode ser dito que para além de não científicos são disparatados. Os direitos linguísticos são para as pessoas galegas e o primeiro e básico direito é a ALFABETIZAÇÃO na sua própria língua, o português, e cultura, a portuguesa, de toda a população para erradicar a brutal ignorância, racismo que grassa na população galega mais analfabetizada e penetrada da ideologia nazi-franquista e narcotraficante espanhola, instalada entre os militares nomeadamente da Marinha, GC, PN, JUÍZES, CLERO, FUNCIONARI@S, JORNALISTAS E CAPITALISTAS.

Em 12-VII-2003, a RAG aprova modificar as NOMIGA eliminando na INTRODUÇÃO o parágrafo «que não deve sacrificar [o galego] as suas características em benefício das de UMA LÍNGUA IRMÃ MAS DIFERENTE». Estas novas normas não são recolhidas em decreto da Junta da Galiza. A RAG publica a 23.º edição em março de 2012. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa é assinado em Lisboa 16 de dezembro de 1990 com a presença de observadores da Galiza e a CPLP foi criada em Lisboa em 17 de julho de 1996 com a presença de convidados da Galiza.

O Plano Geral de Normalização Linguística foi aprovado por unanimidade no Parlamento em 21 de setembro de 2004 e foi mais uma unanimidade em favor do galego normativo, isto é, em favor das NOMIGA e da LNL. Unanimidade contrária à IDENTIDADE do galego e o português, unanimidade em favor do português como língua ESTRANGEIRA na Galiza.

Unanimidade em favor da política linguística de linguicídio continuando as patranhas da «concordia», «ausência de hostilidade cara à língua» e outras para tentar disfarçar a permanente repressão e violência contra as pessoas que ousarem utilizar o galego particularmente contra os mal chamados «lusistas» que desafiavam a imposição do espanhol a meio das NOMIGA-LNL.

Marisol López Martínez é imposta ao BNG pelo PSdeG-PSOE como Secretária de Política Linguística violando o Pacto de Governo ao que chegaram. O BNG consentiu...

Emílio Peres Tourinho, no prólogo do PGNL, toma partido por Ramão Pinheiro, o principal adail contra Manuel Rodrigues Lapa e Ernesto Guerra Da Cal que defendiam a IDENTIDADE do português e o galego. O presidente da Junta manifesta-se em favor da política de linguicídio defendida por Ramão Pinheiro particularmente na ortografia, contrário à nossa secular ortografia, a do português.

Ainda assim o governo BNG-PSOE não parece que fosse do agrado nem do lehendakari Ibarretxe nem do presidente Zapatero: Tourinho assina a convocatória de eleições na Galiza em 5-I-2009. Ibarretxe assina no seguinte dia para coincidir em dia 1 de março as eleições no País Basco e na Galiza. Ibarretxe meteu nas eleições galegas a questão de ETA para benefício do PP que

adjudicava ao BNG ser amigo dos terroristas. Zapatero demitiu o seu ministro da Justiça em 23 de fevereiro de 2009; da campanha eleitoral galega só restavam o Dia de Carnaval e mais dois. O benefício ao PP parece evidente. Feijó obteve maioria absoluta celebrada com abraços na Galiza de Galão de Iberdrola e de Juan Luis Arregui Ciarsolo de ENCE. O silêncio de Tourinho dura até hoje...

O decreto 79/2010, de 20 de maio, para o plurilinguismo no ensino não universitário da Galiza exprime a sanha racista e linguicida do Feijó, discípulo avantajado do nazi-franquista genocida Fraga, PROIBINDO o idioma galego para dar aulas de Matemáticas, Tecnologias e Física e Química. Nós achamos que foi motivado porque o professorado galego utilizava livros de texto portugueses de Matemáticas porque eram muito bons e facilitavam a docência. O recurso do professorado galego aos livros de texto portugueses já podia ser constatado nos anos de 1990.

A luta contra as NOMIGA-LNL, contra as ferramentas do linguicídio, em favor do português como língua da Galiza, luta aberta e maciça com distribuição de dezenas de milhares de panfletos, começa por volta de 1990 e tem resultados entre a opinião das pessoas comuns, do proletariado e o povo galego embora a plêiade de defensores organizados desde a Junta ou fora dela.

Um dos notáveis resultados foi a proposição de lei denominada Paz Andrade (LPA) apresentada no Parlamento em 16 de maio de 2012 apoiada com a assinatura de mais de 17.000 pessoas.

No debate parlamentar realizado em 14-05-2013, Agostinho Vaamonde a representar o linguicídio do PP esclareceu as ferramentas com que foi, é e será implementado – mesmo com a LPA: i. Português, língua estrangeira na Galiza. ii. NOMIGA não se tocam, PROIBIDA a ORTOGRAFIA portuguesa para o galego. No debate também pudemos saber do conhecimento de Ana Pontão da posição de Castelão e de João Vicente Biqueira favoráveis à identidade do galego com o português.

Em 22-02-1983 houve um debate parecido no Parlamento presidido pelo genocida «Ex.mo» Sr. António Rosão Peres relativo a uma proposição não de lei de Camilo Nogueira – Um Tratado de Relações Culturais entre a Galiza e Portugal – aprovada por unanimidade. Felgueira Valverde disse no debate: «Os intercâmbios [Gz-Pt] foram mui vivos nos tempos do Seminário de Estudos Galegos e do Instituto de Estudos Portugueses [Cadarso] e nunca se interrompíram antes de MINGUÁ-LA SUA INTENSIDADE». O genocida e linguicida Felgueira, o genocídio nazi-franquista que acaba com o SEG-IEP oculta-o com o eufemismo «minguá-la sua intensidade».

A burla, a estafa, dos linguicidas encabeçados por Feijó e agora por Rueda a respeito do cumprimento da LPA durante uma década tem como resultado mais repressão e violência contra as pessoas a utilizarem o galego. Feijó foi condecorado por Portugal pela sua farsa e burla. Também não teve a oposição necessária com o combate pertinente organizado apelando à mobilização das 17.000 pessoas que assinaram a proposição de lei para exigir o seu cumprimento.

São horas de apelar à opinião pública galego-portuguesa, ao povo galego-português e as suas organizações para combater a meio da mobilização a farsa linguicida de Feijó-Rueda a respeito da LPA e não apenas: Acabar com a fronteira galego-portuguesa é imperativo!

O Observatório da Lusofonia Paz Andrade, Decreto de Rueda e Diogo Calvo em 2023, uma década mais tarde do legalmente estabelecido, só serve para o disfarce do RACISTA Rueda e o não menos Diogo Calvo. E Rueda o primeiro que fez ao chegar à presidência da Junta foi criar a Conselharia de Cultura, Língua e Juventude para melhor implementar a política linguicida do eterno Valentim Garcia.

Tudo contando com a colaboração incondicional e velha dos académicos e académicas da Real Academia Galega. Monárquica e financiada pelo capital da Fundação Barrié manchado do sangue das vítimas – José Minhães Bernárdes – do genocídio espanhol e franquista, a indignidade da RAG e das pessoas que a integram não tem limite. Na RAG se condensa o genocídio e o linguicídio, a sorte secular que a monarquia castelhana, castelhano-aragonesa e espanhola dirigida pelo Vaticano nos impôs pela força das armas à Galiza e ao seu povo. Onde aninham todos e todas as oportunistas, escaladoras e inimigas da Galiza e da sua língua em identidade com o português, onde aninha a plêiade científica que elabora a teoria segundo a qual o galego é uma língua diferente do português, uma língua estrangeira na Galiza, onde aninha o «holding do galego» que falava Ricardo Carvalho Calero. «Cientistas» bem remunerados que acaparam todo o mundo linguístico-cultural do galego

das NOMIGA, onde aninha a plêiade de sipaios e sipaias a encadear e reduzir à escravatura a «galegada» derrotada e cativa, onde aninha o Estado Maior dos ANALFABETIZADORES do povo galego sumido na confusão permanente de não saber o que é, de não saber a sua identidade. Franz Fanon condenaria-os a todos por gabachos colonialistas.

O Instituto da Língua Galega foi fundado em maio de 1971. Para aprovar o projeto de criação do ILG, em 26 de julho de 1971, reuniram-se na USC, presididos pelo reitor, Garcia Garrido os senhores Ramão Outeiro Tunhes, Constantino Garcia González, Manuel Diaz e Diaz, José Felgueira Valverde representando o Instituto P. Sarmiento do Conselho Superior de Investigações Científicas, Marino Dónega da RAG, Joaquim Arias Diaz de Râbago da Fundação Pedro Barrié Conde de Fenosa, Ricardo Carvalho Calero da Fundação Fingoi e Geraldo Fernandes Alvor da Fundação Penzol. Nos primeiros anos o financiamento do ILG foi da Fundação Barrié.

Em julho de 1973, Manuel Rodrigues Lapa a defender a secular ortografia do galego, isto é, a do português publica um artigo contrariando outro de Ramão Pinheiro, defensor da ortografia espanhola para o galego. Rodrigues Lapa coloca como referente e autoridade galega em matéria da língua a Ernesto Guerra Da Cal realçando que Outeiro Pedraio o considerasse “mestre da nova galegidade” e proclamando que “é quase um milagre ter sido um escritor galego [EGDC] superiormente apertrechado, o primeiro a dar a esta ideia a forma justa e concreta por que todos esperávamos. Assim seja pois”. Manuel Rodrigues Lapa reconhece a EGDC o “superior apertrechamento” e ser pioneiro na ideia da língua galega escrita com a sua secular ORTOGRAFIA, a do português num contexto de queda das ditaduras de Franco e Salazar.

Em 1978 cessa Carvalho Calero e entra Ramão Lourenço no ILG. Em 1979 Ricardo Carvalho Calero assume a ortografia portuguesa para o galego. Em 1987, no Padroado do ILG estavam Felgueira Valverde, Constantino Garcia, Carlos Pajares, Antão Santamarina, Ramão Lourenço, Ramão Pinheiro e Marino Dónega.

Desde a sua criação, o ILG desenvolve uma frenética atividade contra a ortografia secular do galego, a do português, em favor do linguicídio, orientada por Felgueira Valverde. Tudo são estudos de toponímia, dialetologia, lexicografia e o quer-que-lhe-quer – Rosário Alvarez, Henrique Monteagudo – com ortografia espanhola até chegarmos ao «cientista» José Luís Regueira e os 800 anos da letra «enhe» como galega – «digo-cho eu!». Os do genocídio franquista financiam monstros como o ILG para matar o idioma galego, para o linguicídio.

O Conselho da Cultura Galega financiado pela Junta com mais de 3 M€ em 2023, presidido por Rosário Alvarez desde 2018 premiada pelo presidente de honra, Rueda, pelos serviços prestados ao linguicídio durante décadas tem a singularidade de ser Observador Consultivo na CPLP embora o seu não-trabalho em favor do português fede a racismo. O mesmo racismo da Junta da Galiza presidida por Rueda. Foi a Junta que propus à CPLP a candidatura do Conselho da Cultura Galega. Também cumpre salientar a presença no Plenário do CCG de Carlos Lema Devesa da Fundação Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa.

A Fundação Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa foi criada por Pedro em escritura pública em 5 de novembro de 1966 com um património inicial de 3.300 milhões de pesetas. São apresentados como fundadores Pedro, Carmela e um pastor alemão na web da Fundação.

Um dos principais financiadores da Frente Nacional e de apoio ao golpe franquista foi Pedro Barrié de la Maza e o seu Banco Pastor desde 1939. Premiada por Franco com o título de Conde de Fenosa em 1955. Antes, em 1943, fundara FENOSA após espoliar as empresas de José Minhões Bernardes genocidado pelos franquistas em 2 de dezembro de 1936. Até a sua morte em 1971 chegou a controlar a maioria dos sectores económicos da Galiza graças aos favores de Franco.

Em 5 de dezembro de 1938, junto com o carlista-falangista Julio Munhoz Rodriguez de Aguilar, Barrié roubou a população o dinheiro para comprar o Paço de Meirás, presente que lhe fez a Franco para este veranejar durante décadas.

Em 1958, o prémio principal da lotaria do natal foi para Barrié de la Maza graças a uma fraude com intervenção direta de Francisco Franco: 180 milhões de pesetas para financiar a construção da barragem de Belesar.

Em 1966 cria a Fundação Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa, um mês antes de casar com Carmela Arias Díaz de Rábago que continuará na presidência da Fundação após a morte de Barrié em 1971. Esse ano criou-se o ILG e a Fundação faz parte dos fundadores.

Em 1968, cataloga a biblioteca da RAG – mais de 60.000 obras de temática galega. Em 1969, financia a compra de um computador IBM 1130 para o Centro de Cálculo da USC. E assim com muita outra coisa até hoje devido ao seu poder financeiro, capital acumulado pelo franquista Barrié financiador e apoiador do genocídio e linguicídio de Hitler-Mussolini-Franco-Salazar

A Fundação Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa nas Contas Anuais Abreviadas do exercício terminado em 31 de dezembro de 2023 declarou um TOTAL PATRIMÓNIO NETO E PASSIVO de 166.885.427,02 de Euros.

Barrié e a sua Fundação, declarada de interesse público galego em 1986 na presidência de Alvor, são radicalmente incompatíveis com a Lei da Memória Histórica. Os crimes de Barrié permanecem impunes e a sua Fundação tinha de ser ilegalizada, dissolvida e os seus bens atribuídos dentre outros aos herdeiros de José Minhões.

A atividade da Fundação para o linguicídio tem décadas de história: Está presente no ILG, na RAG, no CCG, no Museu do Povo Galego e não sabemos em quantas entidades mais está o nome de um financiador e apoiante do genocídio e o linguicídio do povo galego; suficiente para erradicar Barrié de la Maza, para lhe retirar todas as condecorações e títulos que lhe foram outorgados – o título de Conde de Fenosa foi suprimido pela Lei 20/2022 de 19 de outubro mas continua na web da Fundação – retirar o seu nome das ruas ou praças, a Fundação que leva o seu nome deve ser ilegalizada e os seus bens devem ser para os herdeiros de José Minhões e para entidades ou instituições públicas. Em nossa opinião é preciso investigar mais, conhecer as atividades do Barrié durante o período de 1936-1946 de permanência dos nazis em A Crunha e na Galiza e a relação dele com os hitlerianos particularmente com SOFINDUS onde um tal Frederico Caruncho fazia parte da direção.

Achamos uma indignidade a presença da Fundação Pedro Barrié de la Maza Conde de Fenosa noutras Fundações, Institutos e Agências particularmente as financiadas pela Junta da Galiza, nas Universidades, RAG, ILG, CCG, Museu do Povo Galego, onde quer que esteja.

O Sistema de ensino como linguicida leva mais de 40 anos demonstrando a sua eficácia. Pode ser afirmado o mesmo para a Companhia de Rádio e Televisão Galega.

No ensino primário as indefesas crianças que chegam usando o galego como a sua língua, duram muito pouco tempo a conservá-la pela força e a violência da imposição do espanhol.

No ensino secundário e na FP conseguiram os do linguicídio que o espanhol grasse no alunado de cidades, vilas e aldeias de toda a Galiza mesmo em lugares onde o galego era de utilização maioritária ou absoluta. A repressão, o terror, o medo por usares o galego foi e é uma das ferramentas utilizadas para impor o espanhol. Para além das NOMIGA-LNL – o português, língua estrangeira na Galiza – os programas de ensino obrigatórios tinham e têm contidos e personagens claramente racistas contra nós, programas que PROÍBEM qualquer contido que informasse da história COMUM da Galiza e Portugal, proibiam e proíbem o estudo e o conhecimento da nossa esplendorosa literatura particularmente em unidade com Portugal e a sua ORTOGRAFIA, a da literatura dita galego-portuguesa. O alunado galego recebe como ensino a bondade da monarquia espanhola, uma democracia «avançada» face o conhecimento das atrocidades perpetradas por esta monarquia no exercício do imperialismo, colonialismo, racismo, genocídio e escravatura a que submeteu à Galiza e ao mundo após o Tratado de Outerdesillas; a guerra contra a República, a guerra de Hitler contra o proletariado mundial e contra a Humanidade, a criação da ONU, os seus princípios e cartas, os pactos internacionais do direito à autodeterminação.

Proíbem o estudo e conhecimento do acontecido na Galiza desde as Irmandades da Fala em que António Vilar Ponte proclamou a verdade de o idioma português ser o galego nacionalizado e modernizado e o extermínio da população galega desde a ditadura de Primo de Ribera em 1923 até aos nossos dias. Entre 2008 e 2023 a Galiza perdeu 87.992 habitantes face 2,9 milhões de aumento da população espanhola. Proíbem ao alunado o conhecimento do contido do Sempre em Galiza de

Castelão particularmente o seu pensamento relativo a Portugal como território da nação, da Galiza e a respeito da IDENTIDADE de galego e português.

No ensino universitário EXCLUEM o galego. Artigo 14 1 da LNL: «A língua galega é matéria de estudo obrigatório em todos os níveis educativos NÃO UNIVERSITÁRIOS»: A Galiza leva mais de 40 anos produzindo pessoas com título universitário EXCLUSIVAMENTE em espanhol, o qual é um magnífico exemplo de linguicídio.

Hoje, o galego na Universidade é o resultado, escasso, da luta contra o linguicídio e em favor do português língua da Galiza, em favor da IDENTIDADE de galego e português.

A Universidade na Galiza em concordância com a Ciência universal tem de estabelecer como axioma, fazer oficial nos seus Estatutos que o português em IDENTIDADE com o galego é língua própria e oficial da Universidade e da Galiza e obrar em consequência.

A «plêiade cientista» do linguicídio, maioritariamente professorado da Universidade tem de ser desautorizada e banida. Também parece de justiça o resgate pela Universidade do Seminário de Estudos Galegos – VÍTIMA do franquismo – e a recuperação do seu espólio.

Outrossim do Instituto de Estudos Portugueses fundado pelo Reitor Cadarso, recuperando e perpetuando a sua memória.

Quanto às titulações, programas e conhecimentos o primeiro é a Galiza em IDENTIDADE com Portugal tendo como referentes os países que integram a CPLP e a própria CPLP. Os estudos universitários na Galiza têm de contemplar em primeiro lugar a Galiza integrada como membro de pleno direito na CPLP. Na Universidade galega têm de ser contemplados em primeiro lugar os estudos da CPLP, estudos UNIVERSAIS na nossa própria língua.

Quanto a Companhia de Rádio-Televisão da Galiza a atividade linguicida é dum hediondo racismo contra a IDENTIDADE das pessoas galegas particularmente contra aquelas cuja fala conserva e utiliza os fonemas sibilantes como o português, habitualmente as pessoas mais humildes e vulneráveis. A ridicularização, degradação, minimização, utilizá-las como motivo para produzir o riso racista do público é inaudita e impune, produzindo-se hoje o fenómeno de representantes do BNG da Costa da Morte no Parlamento galego ou nos Concelhos e Deputações utilizarem na sua fala e nos respetivos âmbitos de representação e em público o fonema espanhol do «c-z» em troca dos fonemas sibilantes próprios da área da sua procedência e família qualificados pela ignorância e racismo espanhol de «galego seseante».

A alfabetização em português do povo galego que acaba o linguicídio é um combate contra o franquismo do PP, em favor da democracia e em favor da IDENTIDADE do português e o galego. A batalha em favor da declaração do português como língua própria e oficial da Galiza em IDENTIDADE com o galego tem de continuar nos parlamentos galego, espanhol, europeu, na ONU e nos Tribunais.

Em Ferrol, segunda-feira, 5 de agosto de 2024.

ASSDO: MANUEL LOPES ZEBRAL